

SINDICALISMO RURAL EM PERNAMBUCO NOS ANOS 60: LUTAS E REPRESSÃO

MARIA DO SOCORRO DE ABREU E LIMA*

Resumo: Este artigo trata da organização e lutas desenvolvidas pelos trabalhadores rurais no movimento sindical, procurando demonstrar a presença de partidos de esquerda no campo mesmo após a implantação da ditadura, em 1964. *Palavras-chave:* sindicalismo rural – partidos – repressão

Abstract: This article treats of the organization and struggles developed by rural workers in the Unions Movement, trying to show the presence of leftist's parties in countryside even after the implantation of the dictatorship, in 1964. *Key-words:* rural unions – parties – repression.

Nos anos que se seguiram à II Guerra Mundial ocorreram importantes transformações. O nazi-fascismo fora derrotado. A idéia do socialismo aparecia para milhões de pessoas como uma possibilidade concreta. As lutas de libertação nacional de países da Ásia e da África colocavam na ordem do dia o questionamento à dominação imperialista. Diante disso, o Estado de bem-estar social que se implantava nos países mais desenvolvidos procurava ser uma resposta às crises do capitalismo e, ao mesmo tempo, apresentar-se como perspectiva aos trabalhadores que lutavam por melhores condições. Mas, em que pese a

eclosão da Guerra Fria, buscando criar um freio aos avanços em direção ao socialismo, a participação e as conquistas dos trabalhadores e da esquerda em geral foram marcantes em todo o período.

Na América Latina, duas questões fundamentais se colocavam: como superar o subdesenvolvimento e a dependência que nos caracterizava desde os tempos da colonização, e como construir uma democracia efetiva, garantindo direitos e participação para a maioria da população desses países.

Ao relatar parte da trajetória dos trabalhadores rurais nos anos 60, este texto pretende enfatizar a importância deste segmento na construção da democracia em nosso país.

No Brasil era grande a perspectiva de desenvolvimento a partir da industrialização, o que já vinha sendo feito particularmente a partir de 1930, com Vargas, intensificando-se no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Apesar do intenso debate existente acerca da possibilidade de um desenvolvimento que privilegiasse empresas e capital nacional, a influência estrangeira, particularmente norte-americana, tornou-se cada vez mais intensa.

No que diz respeito à efetivação da democracia no país, as dificuldades eram muitas, como o fato de que os analfabetos não podiam votar, o Partido Comunista do Brasil (PCB) era considerado ilegal desde 1947, o sindicalismo era tutelado, a repressão, praticamente constante.

Contudo, periodicamente ocorriam eleições. E muito debate político. Se, de um lado, o populismo procurava apoio nas massas buscando cooptá-las e mantê-las dentro de certos limites, de outro não podia, necessariamente, contê-las. A participação, organização e lutas dos trabalhadores no período veio num crescendo. E apesar do grande desenvolvimento econômico então ocorrido concentrar-se na região sudeste, onde se formou o maior contingente da classe operária, Pernambuco, centro econômico e político do Nordeste, também viveu intensamente toda essa ebulição.

Havia um movimento sindical urbano importante, com destaque para os portuários, ferroviários, têxteis, gráficos, entre outros. Em 1958, é fundado, sob influência do PCB, o Conselho Sindical dos Trabalhadores do Estado de Pernambuco (CONSINTRA), que chegou a congregar cerca de 60 entidades sindicais três anos depois (Jaccoud, 1990:68).

Também existiam, desde o final da década de 40, entidades de mulheres nos bairros, ligadas à União Feminina de Pernambuco, voltadas para um trabalho reivindicativo e educativo, atuando nas grandes campanhas levadas, no período, em defesa do petróleo, pela paz mundial e contra a carestia.

Nos anos 50 tornou-se bastante expressiva, no meio urbano, a participação da população em associações de bairro, particularmente a partir da gestão de Pelópidas Silveira à frente da prefeitura do Recife e que teve continuidade na gestão seguinte, de Miguel Arraes. Estas associações, organizadas nos bairros mais carentes, encaminhavam reivindicações relativas à melhoria da infra-estrutura urbana e funcionavam como um meio de ligação entre a população e a administração municipal.

Contudo, o movimento que marcou presença de maneira mais significativa e que mais incendiou o imaginário das classes dominantes em Pernambuco foi o dos trabalhadores rurais. Considerados como objetos de exploração e dominação seculares, devia parecer bastante inusitado colocarem-se como sujeitos, reivindicando direitos, posicionando-se politicamente e organizando-se de maneira autônoma em suas próprias entidades.

Em todo esse processo de ampliação dos espaços de participação das camadas menos favorecidas da população, a figura de Miguel Arraes foi referência.

O movimento de trabalhadores rurais mais expressivo na década de cinquenta era formado pelas Ligas Camponesas,¹⁸ que reivindicava o direito à terra e ao pagamento de benfeitorias feitas nas terras arrendadas. Até então, os conflitos no campo eram resolvidos apenas com base na força do proprietário, que recorria a expedientes como a destruição da lavoura, a expulsão dos foreiros e a demissão dos moradores, quando não atentava contra a própria vida dos que ousavam protestar. A partir das Ligas, os camponeses organizados faziam um trabalho de denúncia, agitação e mobilizações, além de atuarem na esfera jurídica, com base no Código Civil. Nesse sentido foi fundamental a atuação do advogado e, posteriormente, deputado federal Francisco Julião. Com a desapropriação das terras do engenho Galiléia, em 1959, o

reconhecimento das Ligas e o seu trabalho ampliou-se bastante, inclusive em outros estados do Brasil.

O sindicalismo rural em Pernambuco começou a se estruturar efetivamente a partir dos anos 60. Embora algumas tentativas nesse sentido tivessem sido feitas anteriormente, apenas o sindicato de Barreiros era reconhecido pelo Ministério do Trabalho.²

Muitas eram as dificuldades para esse tipo de organização: a legislação trabalhista fora feita para os trabalhadores urbanos, não considerando as especificidades do trabalho no campo; quase não existiam Juntas de Conciliação e Julgamento em cidades do interior, necessárias para que a lei fosse aplicada; os proprietários rurais não aceitavam a organização de seus trabalhadores e, desde que achassem necessário, a polícia era acionada de tal modo que “a lei e a ordem” não corressem o risco de serem alteradas.

Tanto nas ligas como nos sindicatos havia efetiva participação do Partido Comunista do Brasil (PCB). Posteriormente este partido veio a se afastar da Ligas em virtude de divergências políticas. E as Ligas, embora mantivessem seu trabalho específico, passaram também a fundar sindicatos, tendo grande influência sindical em Barreiros e em Goiana.

O trabalho mais importante do PCB era na região de Palmares, cujo sindicato nasceu a partir da Liga Camponesa de Água Preta, fundada em 1957. O sindicato de Palmares abrangia 21 municípios e funcionava como uma federação. Chegou a ter 45 mil sócios, antes de 1964. Participava das lutas específicas, localizadas, reivindicativas, e também das lutas gerais, políticas, muito comuns nessa época em que havia um clima de maior liberdade de expressão e um avanço no que diz respeito à organização e politização dos trabalhadores (Jaccoud, 1990). Um de seus principais orientadores foi Gregório Bezerra, dirigente comunista de origem camponesa que fora deputado constituinte em 1946, cujo mandato foi cassado quando da decretação da ilegalidade do PCB.

No início dos anos 60, contudo, a Igreja Católica, buscando recompor seu poder político, incentivar uma via de desenvolvimento reformista para o país e fazer face aos avanços dos comunistas e das ligas no meio da população, inicia um trabalho voltado para a educação de adultos pelo rádio no meio rural, com base em experiências anteriores realizadas em Natal e Aracaju. Em 1961 é fundado o Movimento de

Educação de Base (MEB), cujos dirigentes eram membros da Ação Católica. Nesse mesmo ano é também fundado o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), com a finalidade de organizar os trabalhadores rurais em torno de cooperativas e sindicatos, sob a direção dos padres Crespo, de Jaboatão e Melo, do Cabo. Este último, apesar de ter um discurso bastante inflamado, chegou a ligar-se ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), entidade que recebia orientação e recursos financeiros da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (Page, 1972: 183).

O SORPE procurava levar os trabalhadores rurais a uma ação que, embora questionasse o nível de sua exploração, fosse moderada. A doutrina social da Igreja, apesar de crítica a um capitalismo “desumano”, sempre buscou a conciliação do capital com o trabalho. E, do ponto de vista político, é importante ressaltar a ligação desta entidade com o consulado dos Estados Unidos no Recife, cujo cônsul costumava estar nos seus eventos mais importantes.

Foi a partir dos sindicatos fundados pelo SORPE que se criou, em junho de 1962, a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco. Os sindicatos organizados por pessoas vinculadas às ligas camponesas bem como ao PCB eram autônomos em relação a esta federação. Na grande greve dos canavieiros de 1963, porém, todos trabalharam de maneira unificada.

Os trotskistas atuavam no sindicato de Itambé, na Mata norte, onde procuravam não só esclarecer os camponeses quanto a seus direitos mas propor a formação de milícias camponesas para ações mais radicais. A figura que mais se destacou nesse trabalho foi Paulo Roberto Pinto, conhecido por Jeremias, jovem vindo de São Paulo e assassinado numa emboscada preparada pelo dono de um engenho da região. Posteriormente os trotskistas tiveram influência em Serinhaém a partir de sua aproximação com dois líderes camponeses, Júlio Santana, que já fora das Ligas e Antônio Joaquim de Medeiros, conhecido como Chapéu de Couro.

Os comunistas do PC do B³ atuavam em Jaboatão, Moreno e São Lourenço da Mata, e sua principal liderança no campo era Amaro Luís de Carvalho, conhecido como Palmeira e Capivara que, mais tarde, veio a ser um dos fundadores do Partido Comunista Revolucionário (PCR).

Sua atuação dava-se em conjunto com as Ligas e o PCB, numa frente de massas que, embora tendo divergências internas, unia-se para enfrentar o avanço dos sindicatos do SORPE. Assim é que conseguiram, a partir de um amplo trabalho, tomar o sindicato de Jaboatão das mãos dos “padres”, em 1963.

A Ação Popular, organização de esquerda que surgiu a partir de estudantes ligados à Juventude Universitária Católica (JUC), atuava no campo ligada ao MEB e, em Pernambuco, aproximou-se do presidente da Federação dos Trabalhadores, Manoel Gonçalves. Esta federação, portanto, começava a esboçar outras visões políticas que não apenas a do SORPE.

O governo federal procurava, através da Superintendência de Política e Reforma Agrária (SUPRA), intensificar a fundação de sindicatos, trabalho esse assumido por pessoas de diferentes partidos políticos.

Miguel Arraes, empossado governador no início de 1963, também buscou atuar diretamente no campo, intensificando o raio de ação da Secretaria Assistente, criada no governo anterior e cujo principal objetivo era manter um canal de entendimento entre as entidades sindicais e os patrões, buscando encaminhar soluções para os litígios decorrentes das relações de trabalho no meio rural, fazendo respeitar os dispositivos do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), criado em março de 1963. Esta secretaria chegou a fundar várias delegacias no interior, em Moreno, Goiana, Limoeiro, São Lourenço, Barreiros, Cabo, Palmares e Caruaru, que funcionavam como sede para municípios e distritos próximos a cada uma delas (Azevedo, 1982:107) e teve papel relevante na discussão do Acordo do Campo, firmado entre proprietários e trabalhadores rurais no final de 1963.

Reunir os litigantes, tentar um acordo, fazia parte do seu trabalho. Geralmente, isso era feito quando havia conflitos entre camponeses e proprietários, e foi uma maneira que o governo encontrou de atuar no meio rural, indo direto aos engenhos, dirimindo dúvidas, marcando presença, buscando soluções, preocupado, inclusive, no sentido de garantir condições de governabilidade. Nem sempre isso era possível até porque os proprietários eram, no geral, pouco sensíveis às reclamações dos trabalhadores, e boa parte do que eles conquistaram foi mediante

greves. De qualquer modo, procurava orientar o movimento camponês no sentido de suas reivindicações econômicas e trabalhistas. O PCB tinha forte presença na secretaria assistente.

O governo Arraes também procurou atuar junto aos camponeses através de outros órgãos, como o Grupo Executivo de Produção de Alimentos (GEPA), com vistas a facilitar empréstimos a juros baixos, bem como fornecer assistência técnico-agrônômica e de comercialização na área da pequena produção; e a Companhia de Revenda e Colonização, criada para facilitar a venda de máquinas e utensílios agrícolas aos produtores, comprando parte da produção para que não houvesse uma queda nos preços, nem esta fosse adquirida por intermediários com o objetivo de aumentarem os preços, posteriormente (Andrade, 1989:40).

Em relação à Polícia Militar, o governo estadual esforçou-se para que ela deixasse de ser instrumento de violência contra os camponeses, assumindo uma postura que não de subserviência aos interesses dos proprietários, limitando-se a garantir a integridade física e dos bens dos patrões (idem). Este governo chegou mesmo a apreender armas em propriedades rurais, o que nunca ninguém ousara fazer. Contudo, continuou elevado o número de assassinatos de camponeses, o que se explica por conta do avanço do movimento sindical no campo, da radicalização de muitos proprietários e da impunidade generalizada em relação aos poderosos.

No ano de 1963 ocorreram algumas prisões ligadas ao movimento no campo: em Itambé, devido à tentativa de organização de um Congresso Camponês, e em Barreiros, relacionada a um crime ocorrido num momento de disputa entre diferentes forças que atuavam no sindicato. O governo não conseguiu intervir nas decisões do poder Judiciário e essas prisões tornaram-se bastante incômodas para o Executivo. A situação foi amainada concedendo-se tratamento respeitoso aos presos políticos de Pernambuco que puderam, inclusive, sair da cadeia e participar de manifestações políticas na frente do próprio presídio.

A Federação dos Trabalhadores Rurais na época de sua fundação considerava que só ela fazia um sindicalismo autêntico, porque livre da ingerência de partidos políticos ou de pessoas ligadas ao Ministério do Trabalho ou ao governo. Sua atuação, contudo, era estreitamente ligada à Igreja Católica. Portanto, o movimento sindical rural como um todo

sofria influência de diferentes setores da sociedade. O que poderia garantir a autonomia do movimento e sua democracia interna era uma participação mais efetiva das bases e uma ligação maior das lideranças com sua categoria, o respeito às decisões das assembléias, o interesse da coletividade acima de interesses pessoais ou de grupos, etc., o que se constituía num aprendizado tanto para as bases como para os dirigentes. Esse processo, contudo, foi truncado pelo Golpe de 64.

Por outro lado, se alguns militantes de partidos políticos iam para o campo e recebiam acolhida por parte dos trabalhadores rurais é sinal de que contribuía, de alguma forma, para a organização destes; ou seja, para os camponeses, relegados secularmente à miséria e ao mandonismo dos proprietários, era importante receber informações que os ajudassem a se constituir de forma independente do patronato e da política de cabresto vigente no meio rural. Neste sentido, a contribuição desses setores vistos como “de fora” da categoria pode ser considerada, no geral, positiva.

Principais lutas e reivindicações

Reunir um grupo expressivo de camponeses para cobrar seus direitos era um tipo de atividade levada por alguns sindicatos tendo em vista pressionar os patrões a cumprirem a lei, ou mesmo exigir que algum administrador fosse menos autoritário. Este tipo de pressão, porém, nem sempre dava o resultado esperado. Em janeiro de 1963, por exemplo, trabalhadores rurais foram à usina Estreliana, na Mata sul, cobrar o pagamento do décimo-terceiro salário e foram trucidados pelo dono da usina, que era deputado pelo PTB. Cinco camponeses foram assassinados e houve mais três feridos.⁴ O usineiro não sofreu sequer um arranhão e esse, bem como outros casos de assassinatos de lideranças e trabalhadores rurais, ficaram impunes.

Em algumas ocasiões, porém, foram bem sucedidos ao organizar “ações diretas” contra seus opressores imediatos. Trabalhadores do Engenho Novo, em Moreno, por questões de trabalho, subjugaram o administrador e fizeram-no caminhar até a sede do sindicato dos tecelões, onde foi desarmado pelo suplente do comissário de polícia e levado à cadeia pública. O juiz da comarca, ao tomar conhecimento do fato,

colocou-o em liberdade e devolveu-lhe a arma, embora não pudesse apagar a humilhação porque passara.⁵

Outras formas de luta usadas desde o tempo das Ligas eram as passeatas e os comícios. A própria Federação chegou a propor a realização de comícios e concentrações de trabalhadores rurais pela reforma agrária.

“Invasões de engenhos” eram muito denunciadas pelos proprietários. Mas o que havia eram reuniões de camponeses que, em certas ocasiões, tentavam construir um galpão para sediar seus encontros. Efetivamente houve a ocupação de dois engenhos por camponeses pertencentes às Ligas: o engenho Coqueiro, de onde haviam sido anteriormente expulsos e o engenho Serra, em Vitória de Santo Antão, cujo proprietário havia abandonado as terras, fatos ocorridos durante o governo Arraes. Em ambos os casos, o governador propôs aos camponeses que se retirassem do local e, posteriormente, encaminhou pedido de desapropriação das áreas.

A grande forma de luta que os trabalhadores rurais adotaram a partir de 1963, porém, foi a greve. Boa parte delas reivindicando o pagamento do 13º salário mas também aumentos e outras vantagens. Numa greve realizada em Goiana, por exemplo, ficou abolido o desconto do montepio, feito com vistas a se constituir numa pensão em caso de morte do trabalhador. E alguns usineiros comprometeram-se a examinar as relações de contrato com os empreiteiros, e destes com os trabalhadores.⁶ Em Moreno, os trabalhadores obtiveram a devolução do desconto-habitação, taxa que os proprietários queriam cobrar pelo uso das moradias dos trabalhadores rurais.⁷ Também existiram greves por motivos políticos, como a que ocorreu em Jaboatão para garantir um processo eleitoral mais democrático no sindicato ou a greve pela soltura de Júlio Santana, dirigente sindical em Barreiros. E ainda, no início de 1964, a greve, bastante controvertida, contra a demissão do delegado do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI), Gilvan Pio Hansen, que envolveu os assalariados rurais que se solidarizaram com os trabalhadores urbanos, ao mesmo tempo que reivindicavam sua inserção no sistema previdenciário.⁸

A principal greve ocorrida no período foi em novembro de 1963 e envolveu todos os canavieiros, resultando no Acordo do Campo mediado pelo governador Miguel Arraes. Ficou estabelecido um reajuste de 80%

para todos os assalariados agrícolas, além de outros ganhos como o desconto das contribuições sindicais na folha de pagamento das empresas, a eleição de um delegado sindical em cada engenho, a formação de uma comissão para promover a interiorização da Previdência Social, da Assistência Médica e da Assistência Escolar, etc. Foi mantida a tabela de tarefas já firmada anteriormente e o compromisso de não punição aos grevistas.

Esta grande mobilização foi o coroamento de uma série de lutas e pequenas greves levadas durante todo o ano nos engenhos e usinas, algumas espontâneas, outras, preparadas. Fruto do trabalho organizado das diferentes forças que atuavam no campo, inclusive do governo estadual, que procurou evitar que a polícia continuasse servindo aos interesses do latifúndio, como era de costume. E um sinal importante de que os trabalhadores rurais estavam se constituindo, efetivamente, em uma classe social.

Ao participar de lutas específicas nos engenhos e usinas os camponeses tiveram que, minimamente, discutir seus problemas, buscar argumentos, posicionar-se, enfrentar resistências, construir união e solidariedade, criar coragem, assumir uma ação coletiva de enfrentamento aos proprietários e prepostos, firmando lideranças e descobrindo-se enquanto categoria capaz de ser ouvida e de garantir seus interesses. Claro que isso não atingia uniformemente a todos nem eliminava, de um só golpe, o medo e o sentimento de subserviência ou de dependência em relação aos proprietários. Contudo, era parte de um processo que estava se mostrando bastante positivo para a constituição dos canavieiros enquanto classe. Ao eclodir esta greve, sua experiência atingiu um patamar mais alto pois aí a unidade foi geral e as discussões foram sendo tratadas de maneira mais política. Se, de um lado, a mediação do governo poderia criar uma certa visão de dependência em relação ao poder constituído (e de fato criou um sentimento de profundo respeito pelo “pai Arraia” por muito tempo), de outro, poderia levar os camponeses a perceberem melhor a importância de um mandato político e a necessidade de uma participação e um comprometimento político maior. Neste sentido, funcionou como um aprendizado no que diz respeito ao entendimento de seu papel enquanto cidadãos.

A greve dos 200 mil canavieiros foi inteiramente vitoriosa, apesar de ter contabilizado mais um assassinato, desta vez um delegado sindical de Moreno, morto pelo proprietário do engenho.⁹

Do ponto de vista organizativo possibilitou uma maior aproximação entre as diferentes forças que compunham o sindicalismo rural e que atuaram de maneira unificada, possibilitando a abertura de um diálogo com vistas à formação de uma nova federação, o que veio a se efetivar em janeiro de 1964 com o nome de Federação dos Trabalhadores na Lavoura, Pecuária e Produção Extrativa Rural do Estado de Pernambuco. Seu presidente, Manoel Gonçalo, que dirigia a federação vinculada ao SORPE era, na ocasião, ligado à Ação Popular. Seu secretário, José Eduardo, presidente do sindicato de Palmares, era ligado ao PCB. Os cargos mais importantes estavam nas mãos das forças mais expressivas do sindicalismo rural de então.¹⁰

No plano nacional ocorrera, um pouco antes, importante avanço organizativo, com a fundação, em dezembro de 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Também aí efetivou-se a aliança PCB-AP, contrariando os interesses do sindicalismo cristão.

O tempo de existência da nova federação em Pernambuco, porém, foi muito curto e, com o Golpe de 64, não pode consolidar-se, sendo, então, inteiramente esquecida. A memória que se tem do acontecido ressalta, apenas, a primeira federação, ligada ao SORPE. E o processo de busca de uma maior integração e unidade no movimento sindical rural passou despercebido pelos registros oficiais da atual Federação, a FETAPE.

Toda essa ebulição no campo, indício de que os trabalhadores rurais estavam começando a se situar enquanto classe organizada e ampliando seu grau de participação no processo político como um todo, contribuindo, dessa forma, para a efetivação da democracia no país era considerada, pelos setores conservadores do campo, pelas classes dominantes e pelas forças armadas em geral como sinal de anarquia e de “desrespeito” às instituições, no caso a propriedade da terra e a “autoridade” dos senhores de engenho e coronéis. Na época da Guerra Fria, a direita considerava, de acordo com seus interesses, qualquer tentativa de mudança no *status quo* como sinal de avanço do comunismo.

E resistia como podia ao crescimento, mesmo que ainda incipiente, dos movimentos dos trabalhadores rurais.

As Ligas falavam em reforma agrária na lei ou na marra, bem como na importância da Revolução Cubana. Parte de seus militantes passaram a propor a organização de uma guerrilha, cujo campo de treinamento foi desbaratado pelos militares, em Goiás. Alguns sindicatos ligados à esquerda, mesmo que desenvolvendo uma atuação política legalista, referiam-se ao socialismo como meta e à necessidade de uma ação política maior. Tudo isso era usado pela direita, que procurava superestimar situações que justificassem uma intervenção militar. Os setores contrários às reformas propostas pelo governo João Goulart articulavam-se mais uma vez para tentar barrar o processo de desenvolvimento e democratização em curso no país.

Os grandes meios de comunicação procuravam criar um clima propício ao uso da força como saída para conter o avanço do campo efetivamente democrático. No caso do movimento dos trabalhadores rurais, particularmente das Ligas, a imprensa local e nacional de direita veiculava notícias por vezes mirabolantes e normalmente infundadas a respeito de invasões de terras, incêndios em canaviais, desrespeito à ordem estabelecida, agressões de camponeses a seus superiores, etc., sem qualquer compromisso ou seriedade no que diz respeito ao relato do que de fato acontecia. Dos jornais diários editados localmente, apenas o “Última Hora”, comprometido com as reformas de base, tratava as notícias de caráter social e político de forma mais séria e criteriosa.

Em Pernambuco, dois grupos chamaram a atenção para a necessidade de que as forças políticas e as organizações populares se preparassem para a possibilidade de um confronto com os setores conservadores: as ligas e uma parcela do PCB que atuava no campo, pois percebiam a intensa articulação dos proprietários de terra, particularmente no sul do Estado. Grupos de camponeses chegaram a se formar para a possibilidade de oferecer resistência e defender o governo Arraes frente a um eventual golpe (Jaccoud, *op.cit.*:139). Gregório Bezerra chegou a pedir armas ao governador. No entanto, nada foi feito nesse sentido.

A luta pelas reformas de base, apesar de inserida num processo de desenvolvimento capitalista, amedrontava parcela importante das classes

dominantes, que a percebia como prelúdio de um possível desenvolvimento rumo ao socialismo, já que as classes trabalhadoras participavam desse movimento e ele trazia em seu bojo algumas propostas estatizantes e nacionalistas.

Devido a essa maior participação das classes populares e às reivindicações e propostas visando um desenvolvimento mais autônomo e democrático, favorável aos trabalhadores, o modelo até então vigente passou a enfrentar contradições praticamente irreconciliáveis. Daí as constantes crises institucionais durante o governo João Goulart.

Mantendo-se e ampliando-se uma participação democrática efetiva, não seria possível garantir os interesses das classes dominantes. A saída para elas foi, portanto, impedir a continuação do processo democrático e impor uma proposta autoritária de governo. O capital associado e as multinacionais, o governo dos Estados Unidos e os militares brasileiros passaram a adotar uma política de desestabilização do governo Goulart, através do IPES/IBAD e da Escola Superior de Guerra (Alves, 1984:34).

Ao se desencadear o Golpe sob o argumento da ameaça do perigo comunista, as idéias desenvolvidas pela direita foram sendo postas em prática e utilizadas para justificar o controle e a repressão da população por parte do Estado.

A ditadura procurou viabilizar um novo projeto de desenvolvimento favorável aos setores que a organizaram e apoiaram. No que diz respeito às oligarquias agrárias, tornaram-se subordinadas às decisões da grande burguesia, mas conseguiram garantir seus interesses mais importantes e, politicamente, seu poder de dominação local.

As reformas foram deixadas de lado, os interesses das classes populares inteiramente excluídos. As medidas tomadas visavam sempre garantir vantagens aos investimentos privados, em particular, ao grande capital monopolista. Houve uma maior internacionalização da economia brasileira, dentro da política de desenvolvimento associado (Carvalho, 1987:87).

Os golpistas tomaram o poder rapidamente e, praticamente, sem resistências. O movimento sindical e o PCB estavam iludidos em relação à possibilidade de manter-se a legalidade a partir do esquema militar do próprio governo.

O governador Arraes também confiou no dispositivo militar existente, mas o comandante do IV Exército, Justino Alves Bastos, que afirmara dias antes ao então prefeito do Recife, Pelópidas Silveira, seu respeito às instituições e seu apoio ao governo federal, no dia 1º de abril subscreveu um comunicado em conjunto com o comandante do III Distrito Naval, almirante Dias Fernandes, aderindo ao Golpe. Contudo, a posição deste último, bem como do comandante da 2ª Zona Aérea, não estava definida anteriormente. Assim se expressa Cavalcanti em suas memórias (1980: 354):

“Estranhamente, a nota oficial de adesão ao golpe não trazia a assinatura do brigadeiro Homero Souto de Oliveira, comandante da 2ª Zona Aérea, sediada no Recife. Dizia-se que, às pressas, viajara à Bahia para não colocar-se ao lado dos conspiradores. Logo depois da ‘revolução’ foi para a reserva, o mesmo acontecendo com o almirante Dias Fernandes, que chegou a responder a IPM (inquérito policial-militar) sobre as propaladas propostas de transferência da sede do governo de Arraes para o seu QG, o que realmente houvera.”

Miguel Arraes foi preso no palácio pelo coronel Ivan Rui de Oliveira. O major Hango Trench, comandante da Polícia Militar, que tentara a defesa da legalidade, também foi preso nesse mesmo dia. Uma manifestação convocada por estudantes e pelo movimento sindical terminou com o assassinato de dois estudantes, Jonas de Albuquerque Barros e Ivan Rocha Aguiar.

O Golpe militar e o movimento dos trabalhadores rurais

Os cárceres do Recife foram insuficientes para garantir todas as prisões, que iam desde membros do governo deposto até militares, juízes, políticos, líderes sindicais, estudantis e populares, ou mesmo simples cidadãos. No meio rural, muitos camponeses foram presos por mera perseguição, rixas pessoais. Parte da liderança, contudo, ainda tentou resistir. Gregório Bezerra conseguiu se reunir com muitos camponeses e militantes do PCB em Palmares, decidindo paralisar os trabalhos nos engenhos e usinas da Mata sul e tentar, mais uma vez, conseguir armas com o governador Arraes. A essa altura, porém, o golpe já era fato

consumado. Regressou à cidade, que já estava tomada pelo exército e foi desmobilizar os camponeses pois a resistência, de mãos vazias, resultaria tão somente no assassinato deles (Bezerra, 1979). Belmiro do Nascimento Ferreira, ligado ao PC do B juntamente com Jurandir Ferreira da Silva, do Partido Trotskista, deslocaram-se para Serinhaém, buscando também organizar os camponeses para a resistência. Osias Ferreira, dirigente das Ligas, foi preso em Ipojuca, logo após uma reunião, onde, juntamente com outros líderes dessa organização, concluíra pela impossibilidade de manter a defesa da legalidade. Ele e muitos outros foram, a partir de então, submetidos a vários tipos de tortura a fim de “dar o serviço”, como se dizia no jargão policial (Abreu e Lima, 2003).

Em Vitória de Santo Antão a professora Maria Celeste Vidal, das Ligas, foi presa depois de ir para a rádio local convocar os camponeses a se agruparem e marchar para o Recife, tendo como meta a libertação de Miguel Arraes.¹¹

Amaro Fernandes da Silva, do PCB, fugiu da cidade de Timbaúba, onde atuava junto aos camponeses, numa ambulância do IAPI, tendo sido posteriormente preso e barbaramente torturado, herdando seqüelas físicas que o importunam até hoje. Belmiro Ferreira conseguiu fugir, vindo a ser localizado e a cumprir pena anos depois. Outro importante líder camponês do PCB de Jaboatão, Joaquim Camilo de Santana, foi preso. Já Gregório Bezerra, preso no município de Cortês, foi trazido para o Recife e, nas mãos do coronel Vilocq, torturado em praça pública, tendo sido salvo da morte na medida em que os populares presentes não deram apoio à ação do coronel e a Arquidiocese local pediu clemência ao general Justino Alves Bastos, comandante do IV Exército (Cavalcanti, 1980).

Ainda de acordo com esse autor, os camponeses presos

“se amontoavam na Secretaria de Segurança Pública, onde eram redistribuídos pelos comissariados dos subúrbios por Álvaro da Costa Lima e Moacir Sales. Homens, mulheres e crianças vinham tocados como animais, aos tropeços, pontapés e empurrões. ... Mariano, camponês do engenho Piaçaluçu, em trajas menores foi forçado a desfilar, pelas ruas de sua cidadezinha, puxado por um jipe do exército. João Severino, outro camponês, ‘passeou’ pelo engenho Serra, do latifundiário Alarico

Bezerra, amarrado pelos testículos. Mendes, camponês de Paudalho, Sinhá Maria, do engenho Tiriri, Raimundinho, do município de Abreu e Lima, Biu, de Goiana, Jerônimo, da cidade de Amaraji, Severino Biu, da cidade de Gaibu, Pedro Fazendeiro e João Alfredo, de Sapé, na Paraíba, não tiveram direito ao macabro ritual do 'desfile'. Tombaram de bala no local onde foram detidos. Seus cadáveres nunca foram encontrados, na maioria dos casos pastos para urubús carnicheiros, nos baixios dos canaviais. Quase todos eram líderes camponeses em suas comunidades" (idem, 1982: 319).

Apesar de presos, muitos conseguiram livrar-se porque eram “preparados” pelo próprio Paulo Cavalcanti que, por ser advogado experiente, simulava perguntas e orientava respostas. Alguns ficaram pouco tempo na prisão, como foi o caso de José Eduardo, de Palmares. Tanto ele como Manoel Gonçalo, presidente da Federação, tiveram sua prisão preventiva relaxada ainda em agosto. Já outros foram soltos e presos novamente, como João Virgínio da Silva e Luís Serafim dos Santos, das Ligas Camponesas. Francisco Julião, que conseguira fugir, foi posteriormente preso próximo a Brasília e trazido para o Recife, sendo depois beneficiado por um *habeas corpus*, tendo conseguido asilo na embaixada do México (Page, op.cit: 259).

As torturas, apesar de negadas oficialmente, foram generalizadas. Houve os que ficaram presos muitos anos, como foi o caso de Gregório, banido do país quando do seqüestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Elbrick, em setembro de 1969. Esta ação foi levada a efeito pela Ação Libertadora Nacional (ALN) e pelo Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR 8) que, em troca da vida do embaixador, exigiu a libertação de quinze presos políticos de diferentes partidos e a publicação de um manifesto à população. Entre estes figurou também o engenheiro Ricardo Zaratini, que, juntamente com Palmeira e Manoel Lisboa de Moura, haviam fundado o PCR.

A partir de junho de 1964 o campo voltou a ser manchete dos jornais, que noticiavam ações promovidas por Antônio Joaquim de Medeiros, conhecido como Chapéu de Couro, líder camponês da região de Serinhaém.¹² Os relatos afirmavam que ele promovia assaltos e

emboscadas contra senhores de engenho e barraqueiros, de quem era acusado de tomar dinheiro e até armas, com o apoio de outros camponeses. Visto, por uns, como bandido e por outros, como herói, terminou sendo preso depois de várias diligências. Apesar de respeitado por muitos camponeses devido à sua coragem e valentia, suas ações serviram para justificar maior violência contra lideranças camponesas remanescentes na Mata sul. Os próprios trotskistas, com quem tivera um relacionamento muito próximo antes mesmo do Golpe, tentaram ir ao seu enalço a fim de convencê-lo a parar com essas ações, não conseguindo fazê-lo por terem sido aprisionados (e barbaramente torturados) nessa mesma época, novembro de 1964. Finalmente preso, respondeu por delitos comuns como furtos e agressões, mostrando-se muito despreparado politicamente.

O PCB, duramente golpeado em 64, adotou uma tática de recuo. No que diz respeito ao movimento camponês, em 1967 este partido mantinha ligação com pouco mais de uma dezena de assalariados agrícolas, ainda desorganizados,¹³ o que demonstra a imensa dificuldade para retomar o trabalho político, bem como um certo imobilismo e receio.

Este espaço terminou sendo assumido por grupos dissidentes do PCB, como foi o caso do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e do PC do B, do qual se originou o Partido Comunista Revolucionário (PCR), que desenvolveram, de maneira independente, uma atuação clandestina na zona da Mata a partir da retomada de contatos com antigos camponeses, ou mesmo com novos. As dificuldades, porém, eram muitas:

*“Esta (a realidade) apresentava-se radicalmente diferente da que existia no governo Arraes. Os sindicatos, com as intervenções dos padres Melo e Crespo, e dirigidos por seus ‘sacristãos’, os camponeses pelegos, vendidos aos latifundiários que faziam e fazem o trabalho para a polícia. Isto tolhia qualquer iniciativa dentro dos organismos de massa do movimento camponês. Os camponeses amedrontados com o terror desencadeado pelo Golpe e executado pelos policiais, pelo exército e pelos capangas dos latifundiários, não reagiram a nada. Sem uma direção revolucionária conseqüente, a massa não podia reagir”.*¹⁴

Mesmo assim, conseguiram implementar um trabalho político na zona da Mata com vistas não só a unir os camponeses em torno de suas necessidades e reivindicações mas também a ganhá-los para a luta armada. Ao atuar no meio rural muitos foram perseguidos e outros, mortos, como foi o caso de Amaro Luís de Carvalho, assassinado na prisão em 1971 e Manoel Aleixo da Silva, o Ventania, assassinado em 1973.

Essas atividades de esclarecimento sobre os direitos dos trabalhadores rurais, de denúncia a respeito da exploração que sofriam e das dificuldades que enfrentavam eram feitas também pelo PCBR, que procurava aproximar-se dos camponeses através de uma cooperativa dirigida por senhoras da sociedade local, a Cooperarte:

*“...E a gente fazia um trabalho na área de pesquisa e na área de formação política dos camponeses, organizando palestras, discussões sobre a questão sindical... mas o nosso trabalho real não era esse, o meu trabalho, o meu objetivo era o de repassar contatos com essas lideranças que se destacavam nesse trabalho legal que a gente fazia, era justamente o de repassar esses contatos justamente para a estrutura ilegal do partido (...); prá preservar a estrutura... Bruno e outros companheiros diziam: ‘olha, o pessoal (da Cooperarte) é muito aberto, e tudo, mas não vão entender nada disso que a gente está colocando, então essas conversas que a gente tem não é prá colocar’, e aí, olha, ia avançando no sentido mais revolucionário, no sentido mais de perspectiva do socialismo, e eu não avançava, assim, nas minhas discussões, então era prá compartimentar mesmo o trabalho legal do ilegal”.*¹⁵

O PCBR propunha como forma de protesto a queima de canaviais, procurando desenvolver ações que preparassem os trabalhadores rurais para um futuro engajamento na guerrilha rural. O desencadeamento desse processo não aconteceu e seu trabalho foi tornando-se cada vez mais difícil. O comitê zonal do campo foi preso no final de 1973 e Anatólia de Souza Alves, que participava dele e desenvolvia atividades como alfabetização no meio rural, foi assassinada na prisão, em circunstâncias não esclarecidas.

Já a Ação Popular conseguiu ir retomando seus contatos no meio rural no pós-64, procurando implementar um trabalho mais voltado para a mobilização das massas:

“...A ela (AP) estiveram ligadas diversas lutas camponesas da época, que apareciam, aqui, num ‘arranca-capim’- resistência camponesa à substituição das áreas de lavoura por áreas de pecuária; ali, numa ‘pinicada de arame’- ação de cortar arame farpado das cercas invasoras dos grileiros; acolá, num ‘abate-gado’- ato de matar gado do latifundiário deliberadamente solto para comer roças camponesas; mais além, numa luta por aumento das ‘diárias’, por redução das ‘tarefas’ e das taxas de ‘parceria’, por melhores preços para os produtos, pela permanência na terra, em defesa dos direitos de organização, contra a repressão policial, pela liberdade de presos camponeses, etc.” (Lima e Arantes, 1984:90)

Posteriormente, veio a adotar a norma de levar seus militantes a trabalharem nas fábricas ou no campo, numa política conhecida como “integração na produção”. Sendo assim, consideravam importante a participação nos sindicatos rurais pois estes, de qualquer modo, eram entidades de massas, mesmo que estas estivessem distantes ou receosas de participar. Nessa medida, incentivaram e participaram da greve dos canavieiros do Cabo, ocorrida em 1968, tendo um de seus membros feito parte da comissão de negociação.¹⁶ No ano seguinte, porém, sua presença foi denunciada e dois “camponeses” integrados, Elenaldo Teixeira e Luís Medeiros, foram presos e barbaramente torturados,¹⁷ tendo este último se tornado paraplégico ao pular do prédio da Secretaria de Segurança Pública numa tentativa de fuga.

A partir de 1969 as possibilidades de atuação dos partidos clandestinos foram se estreitando cada vez mais. Como vimos, algumas de suas lideranças no meio rural foram presas ou assassinadas pela repressão. Outras tiveram que fugir. Só na década de 80 a presença de partidos políticos de esquerda no campo foi sendo assumida de maneira mais ampla.

Por outro lado a antiga Federação, cujo trabalho era ligado ao SORPE, também enfrentou dificuldades com o Golpe de 64. Seu

presidente e secretário foram levados a renunciar aos respectivos mandatos. Dos 66 sindicatos sob seu controle, só quatro não sofreram intervenção. Esta política tinha por objetivo tornar todas as lideranças, mesmo as confiáveis, dependentes da Delegacia Regional do Trabalho e não da categoria que, a partir dessa medida, não as elegera.

Aos golpistas, interessava manter o sindicalismo urbano e rural para aparentar uma certa legalidade. De qualquer modo, a CLT permitia controlá-los, como já havia sido feito em outras épocas. No caso do campo, seu funcionamento ajudaria a impedir o confronto direto entre trabalhadores e patrões (Lessa, 1985).

O medo e a insegurança, porém, se propagaram no meio rural. Os excessos podem ser percebidos através dessa nota, assinada pelo coronel Ivan Rui que, como secretário de Segurança Pública de Pernambuco imediatamente após o golpe, orientou seus subordinados no sentido de que não deveriam:

*“tomar partido ao lado das facções políticas locais; não permitir que civis efetuem prisões; só cumprir ordens de oficiais estranhos quando conduzindo tropas para cumprimento de missões especiais ou quando designados delegados especiais; comunicar imediatamente quando estiver ocorrendo arbitrariedades pelos proprietários. Estes devem pagar os salários anteriormente estabelecidos...; não se colocar a serviço dos patrões, e sim manter-se a serviço do governo; fechar e apreender o material das Ligas Camoponesas; assegurar e auxiliar o funcionamento dos sindicatos”.*¹⁸

Buscando um sindicalismo que atuasse como colaborador dos novos poderes constituídos, o governo procurou, no SORPE, o ponto de apoio para reorganizar os sindicatos. Embora padre Crespo fosse visto com certa desconfiança, padre Melo era bem aceito entre os proprietários e os militares. E havia, tanto da parte do SORPE como da FETAPE, uma atitude de confiança quanto aos novos donos do poder e de certo alívio em relação à saída dos comunistas e das Ligas do movimento sindical rural. Tanto é que participaram ativamente da organização de campanhas e festividades relativas ao Golpe, mobilizando trabalhadores rurais nessas ocasiões.

Logo após abril de 64, por exemplo, foi organizado um seminário de orientação sindical promovido pelo Instituto Cultural do Trabalho, sediado em São Paulo e ligado à linha “democrática”, isto é, à concepção sindical norte-americana, que aqui apregoava um sindicalismo sem vinculações político-partidárias. Em 1965 a Federação fez convênios e recebeu financiamento do Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL) para a construção de três centros sociais nas cidades de Carpina, Ribeirão e Garanhuns.¹⁹ Este instituto fora criado pela AFL-CIO, central sindical norte-americana, que tinha por objetivo combater a influência comunista e castrista no movimento sindical latino-americano. Recebendo verbas da USAID, sua política seguia de perto a do Departamento de Estado dos Estados Unidos (Page, op.cit: 269).

Porém, foram tantas as intervenções nos sindicatos rurais feitas sob o comando de padre Melo, e de forma tão confusa que a própria Federação passou a ter dificuldades em coordenar o movimento no campo. Problemas administrativos e financeiros avolumaram-se. Os proprietários de terra não se dispunham a cumprir a lei relativa aos direitos dos trabalhadores rurais. O desemprego tornava-se cada vez maior, bem como a expulsão dos camponeses de suas moradias.

O presidente Castelo Branco assinou, em novembro de 1964, o Estatuto da Terra, que deveria orientar a política de reforma e desenvolvimento agrário no país permitindo, inclusive, desapropriações de terra sem a “prévia e justa indenização em dinheiro” e sim em títulos da dívida pública, medida tão combatida pelos setores mais conservadores na época de Goulart. Embora, na prática, esta legislação não fosse implementada, serviu para levar os dirigentes da FETAPE a aumentarem sua confiança neste presidente. Para eles o governo era bem intencionado, a maioria dos proprietários rurais é que não queria respeitar a lei.

No que diz respeito à atuação de partidos clandestinos no campo, a atitude dos sindicatos rurais, em geral, foi de denunciar a presença desses militantes junto à Secretaria de Segurança Pública. Considerando-se como os únicos representantes dos camponeses, temiam, de um lado, a intensificação da repressão e, de outro, serem desmascarados por suas posições e atitudes políticas. Não demonstravam interesse nem

preocupação com o que pudesse ocorrer com essas pessoas em decorrência de suas denúncias.

Agindo estritamente dentro da lei pouco se conseguia. O imobilismo tornou-se generalizado embora, em alguns sindicatos orientados por setores da Igreja progressista, dirigentes mais conscientes tenham assumido a defesa da categoria mesmo correndo riscos:

"...aí, quando eu comecei, logo eu comecei a ler a Constituição, aí eu vi na Constituição que 'todos são iguais perante a lei sem distinção de raça, sexo ou religião', aí eu digo, 'ôxe, agora eu vou botar prá quebrar'...Porque eu comecei a ler, eu vi minha situação difícil, porque eu fui obrigado a decorar artigo e parágrafo difícil da Constituição Federal...É, porque os cabras me perseguiram demais. Bem, quando eu comecei fazer isto, eu comecei a denunciar os patrões, botando na Justiça, denunciar na polícia..."²⁰

Os reclamos da categoria, porém, não eram ouvidos, apesar de terem existido algumas lutas no período. Aos poucos os setores mais comprometidos com os trabalhadores foram percebendo que não havia interesse político, por parte dos governantes, em implementar uma medida favorável aos assalariados rurais. A superexploração e a violência por parte dos proprietários continuou. A modernização da agricultura foi sendo efetivada sem considerações que não os interesses das classes dominantes.

Se, no começo, a violência atingiu principalmente os camponeses ligados à esquerda, passou a atingir também sindicalistas vinculados à Federação. Houve dirigentes presos, perseguidos, espancados, assassinados mesmo antes do Ato Institucional nº.5. A Federação passou a fazer várias denúncias nesse sentido.

A conjuntura também mudara. 1968 foi um ano de fortes reações dos movimentos sociais à ditadura. Estudantes, operários e democratas em geral sentiam-se mais dispostos a reagir. O próprio avanço da Igreja Católica era um dado a ser considerado, particularmente pelo movimento camponês, que a ela estivera tão ligado. A Federação procurava ir ficando mais independente de quaisquer injunções, buscando mais autonomia até mesmo do SORPE. Seu presidente, Euclides Almeida do Nascimento,

chegou a afirmar que o governo preferia ver o trabalhador rural morrer de fome a mexer com as estruturas. E, por suas posições mais combativas, foi impedido de concorrer à direção da entidade em 1972, num processo de “cassação branca” já que seus documentos não foram liberados para o pleito.

Tudo isso foi contribuindo para uma visão mais crítica por parte da FETAPE. Se, no início, ela considerava que o Golpe tivera setores bem intencionados, a essa altura já percebera que se implantara, de fato, uma ditadura militar no país.

Durante os anos 70 a entidade teve uma ação bastante moderada e mesmo subserviente em relação ao patronato, aos militares e à Delegacia Regional do Trabalho. Em algumas ocasiões, em especial no final do período, passou a denunciar o não cumprimento das leis e as arbitrariedades do patronato, particularmente na região da construção da barragem de Itaparica, no sertão do médio São Francisco e na zona da Mata, onde chegou a eclodir uma greve de canavieiros, em 1979.

É importante assinalar que, durante o regime militar, os governadores do Estado não tiveram uma presença efetiva junto ao movimento sindical rural. O relacionamento das entidades era com a DRT ou o próprio Ministério do Trabalho. Quando ocorriam crimes contra sindicalistas ou mesmo trabalhadores rurais, como espancamentos, assassinatos, etc., a FETAPE, algumas vezes, chegou a dirigir-se aos governantes da época, que encaminhavam a questão para a Secretaria de Segurança Pública, a fim de abrir inquérito e apurar o caso. Raramente achavam-se os culpados, ou os mandantes do crime eram punidos.²¹

Na década de 80 as mobilizações e lutas dos trabalhadores agrícolas voltaram a acontecer num crescendo. Os partidos políticos foram ampliando sua inserção nos movimentos sociais. A proposta de reforma agrária foi sendo retomada. A FETAPE foi se democratizando. O regime militar, desmoralizado e em crise, foi substituído.

Para os trabalhadores rurais a experiência daquele período foi marcante, lembrada por muitos como um momento em que tiveram vez e voz, foram perseguidos mas conseguiram sobreviver. A grande vitória conseguida na Greve de 1963, que resultou no Acordo do Campo intermediado por Miguel Arraes foi tão marcante que este, ao retornar ao Brasil após a anistia e retomar suas atividades políticas, contou com

um apoio enorme dos trabalhadores rurais. Boa parte dos dirigentes da FETAPE filiou-se, inclusive, ao partido do ex-governador.

O processo de modernização conservadora levado no campo aumentou a concentração de terras e de renda e provocou a expulsão de um número imenso de trabalhadores agrícolas. A reforma agrária não tem sido efetivamente implementada. Ou seja, os problemas continuam. Mas os trabalhadores rurais, hoje melhor organizados, procuram, de diferentes maneiras, enfrentá-los, continuando, com tenacidade, a sua luta, procurando tornar realidade direitos que a democracia brasileira, de longa data, coloca no papel mas não assume de fato.

Notas:

*Professora do Departamento de História da UFPE

¹Este artigo está voltado para o sindicalismo rural, não abordando a atuação das Ligas Camponesas. Para maiores informações, consultar a tese da autora.

²Além dele, eram reconhecidos outros dois sindicatos em São Paulo, um, na Bahia e outro no Rio de Janeiro.

³Em 1962 deu-se um racha entre os comunistas, resultando daí dois partidos: uma parte conservou a sigla PCB, e adotou o nome de Partido Comunista Brasileiro; a outra conservou o nome, Partido Comunista do Brasil, adotando a sigla PC do B.

⁴JC. 08.jan.1963.

⁵JC. 24.abr.1963.

⁶JC. 02.mar.1963.

⁷JC. 03.ago.1963.

⁸Última Hora 26.fev.1964.

⁹JC. 21.nov.1963.

¹⁰Última Hora 01.jan.1964.

¹¹DP. 11.abr.1964.

¹²JC. 11.nov.1964.

¹³Arquivo DOPS, pasta 29.677.

¹⁴Informe à reunião do Conselho Regional do PCR, de fevereiro de 1968. Arquivo DOPS, pasta 1008.

¹⁵Entrevista – Suzana Maranhão – militante do PCBR.

¹⁶Outras forças políticas apoiaram a greve, como o PCBR. A FETAPE posicionou-se contra a sua decretação, alegando que favoreceria aos proprietários, permitindo o aumento do preço do açúcar.

¹⁷Jornal Liberdade. 05 a 15.set.1969 – Arquivo DOPS, pasta 1699.

¹⁸JC. 05.abr.1964.

¹⁹JC. 06.out.1965.

²⁰Entrevista – Manoel Santos da Silva – presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória de S. Antão.

²¹Entrevista – Euclides Almeida do Nascimento – dirigente e, posteriormente, assessor da FETAPE.

Bibliografia:

ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. *Revisitando o campo: lutas, organização, contradições – Pernambuco – 1962-1987*. Tese de Doutorado em História apresentada à UFPE. Recife: 2003.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes. 1984.

ANDRADE, Manoel Correia de. *Lutas camponesas no Nordeste*. São Paulo: Ática. 1989.

AZEVEDO, Fernando A. . *As Ligas Camponesas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

BEZERRA, Gregório. *Memórias 1946-1969*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira. *O nordeste e o regime autoritário*. São Paulo: HUCITEC. 1987.

CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi*. Recife: Guararapes. 1980.

_____. *Nos tempos de Prestes*. Recife: Guararapes. 1982.

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes. 1981.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática. 1987.

JACCOUD, Luciana de Barros. *Movimentos sociais e crise política em Pernambuco: 1955-1968*. Recife: FUNDAJ/Massangana. 1990.

LESSA, Sônia Sampaio Navarro. *O movimento sindical rural em Pernambuco: 1958-1968*. Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à UFPE. Recife, 1985.

LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa Ômega. 1984.

MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo. Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Boitempo Editorial. 1999.

PAGE, Joseph. *A revolução que nunca houve. O Nordeste do Brasil 1955-1964*. Rio de Janeiro: Record. 1972.